

TRANSIÇÃO SOCIOECONÔMICA INDUZIDA POR DINÂMICA TERRITORIAL EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO PARÁ, BRASIL, 1893 - 2013

Socio-economic transition induced by territorial dynamics
at quilombo communities in the State of Pará – Brazil, 1893 - 2013

Transition socio-économique induit par les dynamiques territoriales
au sein des communautés quilombos dans l'État de Pará – Brésil, 1893 – 2013

Nelson Fernando de Lisboa Soffiatti
Instituto Evandro Chagas/MS/SVS
nelsonsoffiatti@iec.pa.gov.br

Resumo: Este artigo buscou as formas de subsistência e reprodução social de quilombos e por que contestam a urbanização e mineração, na Amazônia. Utilizamos atributos das paisagens capturados com a Matriz de Abordagem Combinada para entender a função da inserção geográfica e a Caracterização Rápida para conhecer a relação das famílias com o ambiente. A subsistência das famílias depende de recursos das paisagens e as exploram preservando componentes úteis para manter e autorregular o processo social, que é fundado na posse da terra e em saberes tradicionais. O quilombo defende o território até onde percebe os determinantes da qualidade de suas paisagens, uma lógica quilombola que orienta seu sistema social e a divisão de tarefas, para adaptar valores e reagir às alterações que afetam seus recursos. Esse saber é útil à regulação e gestão territorial.

Palavras-Chave: Geografia; Transição Induzida; Paisagem; Território; Lógica Quilombola.

Abstract: This article sought livelihoods and social reproduction of quilombos and why contest the urbanization and mining in the Amazon Region. We used attributes of local landscapes collected with the Combined Approach Matrix to understand the functions of geographic insertion and the Quick Characterization to capture the relationship between family and environment. The families depend on the landscape features to survive and are experts in its exploitation, preserving useful components to maintain and self-regulate the social process, which is based on the ownership of land and traditional knowledge. The maroons defend their territory as far as realize determinants of its landscapes quality, a kind of quilombo logic that guides its social system and the task hierarchy, adapting values and reacting to changes that affect its resources. This knowledge is useful to regulation and territorial management roles.

Keywords: Geography; Induced transition; Landscape; Territory; Quilombo logic.

Résumé: Cet article a cherché des moyens de subsistance et la reproduction sociale des quilombos et pourquoi contester l'urbanisation et de l'exploitation minière en Amazonie. Nous utilisons des attributs de paysages capturés par la méthode de la Matrice d'approche combinée pour comprendre la fonction de l'intégration géographique et la caractérisation rapide pour connaître la relation de la famille avec l'environnement. Les moyens de subsistance des familles dépend des ressources de paysages et de la préservation des composants utiles pour maintenir et auto-réguler le processus social, qui est basé sur la propriété des terres et des connaissances traditionnelles. Le quilombo défend le territoire auquel se rend compte des déterminants de la qualité de ses paysages une logique quilombo qui guide son système social et la répartition des tâches, afin d'adapter les valeurs et réagir aux changements qui affectent leurs ressources. Cette connaissance est utile à la réglementation et à la gestion territoriale.

Mots-clés: Géographie; Transition induite; paysage; territoire; Logique Quilombo.

Introdução

O modo de vida quilombola é herança de quilombos africanos ancestrais das comunidades aqui adaptadas por escravos fugitivos e libertos, desde o século XVIII (MUNANGA, 1996). Os quilombos desenvolveram identidade típica, devido ao isolamento geográfico e por admitirem migrantes para prover diversidade genética, cujos hábitos de vida foram adaptados. Hébette (2002) essas migrações entre populações litorâneas, no Estado do Pará, similar aos quilombos, nas quais o ambiente também determinou parte das adaptações.

Dois atributos da paisagem utilizados por essas populações orientaram este estudo: a noção integradora da paisagem com postura agroecológica nas relações com o meio geográfico e ambiente, no passado e presente; e as escalas de paisagem em que os quilombolas percebem as dinâmicas territoriais muitas visíveis em imagens digitais.

Esses atributos integram a evolução da paisagem e são expressos pela razão entre o tempo e escalas espaciais, abrangendo componentes bióticos, abióticos e antrópicos, onde considerar seus padrões, processos e escalas de integração remete ao entendimento dos múltiplos fatores que criam a heterogeneidade de paisagens, e podem refletir processos operando em diferentes escalas temporais e espaciais (SENNA, 2012).

Ao nível do território essa mescla gera dinâmicas (HASEYAMA e CARVALHO, 2011, p.35-40) que definem os potenciais de alimento, abrigo, segurança nos ambientes utilizados pelos seres que, associados às paisagens, as exploram e territorializam. Através desse mecanismo a evolução das funcionalidades ambientais (BERUTCHAVILLI e BERTRAND, 2004) afeta a espacialização da biota e a permeabilidade das matrizes (SANTOS, 2014, p. 47-52), explicando parte da diversidade biológica (METZGER, 2001;2008).

As dinâmicas territoriais alteram as condições do estar (GERALDINO, 2010, p. 115), nas escalas em que os fatores naturais e intervenções antrópicas atuam (TURPIN, E. & FEDERIGHI, V., 2012 p. 34-41). Apresentam efeitos cumulativos ajustados aos processos físico químicos naturais ou são oriundos de sistemas técnicos que transformam e adequam o meio natural às exigências humanas (SANTOS, 1996, p. 157-192). Ambas essas dinâmicas alteram a espacialização da biota, a partir das alterações nas matrizes e sua permeabilidade.

Ab'Sáber (2003, p. 9) expressa a paisagem como ente multiescalar e multitemporal: (...) *“a paisagem é uma herança de processos fisiográficos e biológicos, patrimônio coletivo dos povos que (...) a herdaram (...) heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente”*. Isto concilia as posturas de La Blache (1954), Milton Santos (1996) e Haesbaert (2004), sobre paisagem e território como entes evolutivos, que suportam os modos de reprodução social diferenciados por hábitos cultura e gênero de vida adaptados às tipologias de paisagem.

Com o objetivo de identificar as formas de subsistência e reprodução social nos quilombos em processo de transição socioeconômica induzida utilizamos atributos das paisagens, colhidos com a Matriz de Abordagem

Combinada para entender a inserção geográfica e aplicamos a técnica de Caracterização Rápida para compreender a relação entre famílias e ambientes, adiante detalhada nas seções: Métodos; Resultados; Discussões e Considerações.

Métodos

Áreas de estudo

A exploração e ocupação histórica do nordeste do Estado do Pará paulatinamente substituiu a base ambiental do Sistema Territorial Natural – STN pela produção mercantil e industrial. Sioli (1973) refere que esse ciclo fracassou pelos efeitos deletérios sobre o STN. Na antítese, a territorialização com base industrial alterou valores e destinações dos objetos no espaço, urbanizou (TAVARES, 2008) e reconfigurou o território e criou o Sistema Territorial Social - STS que hoje domina as áreas onde estão os quilombos, os quais permaneceram à parte desse processo até meados do século XX, como fontes de recursos e mão-de-obra.

O deslocamento para o quilombo Abaeté utilizou barco motorizado; em ambas as áreas os percursos foram registrados com GPS GARMIN 76 CSx e agregados às imagem LandSat orbita ponto 224/61, após processados com o aplicativo ARQGIS 9.3 no Laboratório de Geoprocessamento do Instituto Evandro Chagas – IEC (Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde). Imagens orbitais cedidas pelo Laboratório de Geoprocessamento do IEC, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará e Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.

O Abacatal (Figura 1) dista 25 km de Belém, pelas Rodovias BR 316, km 9 e PA 483, km 3, situado entre as coordenadas geográficas 1° 24' 40'' S; 48° 22' 00'' W e 1° 26' 40'' S; 48° 20' 00'' W (Figura 1), entre a planície rebaixada e a várzea do rio Guamá, no município de Ananindeua, área legal de 608 ha, em dois lotes, um titulado em 1999 outro em 2008. Tem limites a leste na Reserva de Vida Selvagem - REVIS; ao sul a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o rio Oribóquina; a oeste o igarapé Una e a Comunidade Bom Jesus, ribeirinha; entre o noroeste, norte e nordeste, o urbano em expansão, cavas de areia, pedra e barro, extração de lenha e deposição de lixo urbano e industrial.



Figura 1 O Quilombo do Abacatal na Microregião de Belém.

Fonte: O autor, 2014. Imagem elaborada no LabGeo\IEC\SVS\MS

A comunidade do Abaeté (figura 2) está a 12 km de Abaetetuba, no quadrante sul, às margens do rio Abaeté, ponto central nas coordenadas $01^{\circ} 45'46,5''$ LS e $48^{\circ} 52'32,0''$ LW. O Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba - MORIVA relata 60 famílias um território informal baseado no espaço vivido, do qual apropria elementos segundo necessidades da comunidade. A área estudada é micro bacia com matas ripárias, várzeas e igapós que são espaços das águas nas cheias de inverno com inundação sazonal estacionária, derivada do regime de chuvas em relevo de planície aplainada, típico da calha dos rios amazônicos e áreas com capoeiras. A geomorfologia é de planície rebaixada relevo aplainado em altitudes até 18m. Duas unidades de paisagem dominam a área: a terra firme acima das cotas de maré e os alagados, integrados por várzeas e igapós, sendo a água o elemento diferenciador dessa compartimentação. Esse quilombo não tem personalidade jurídica própria, mas seu território é reconhecido e respeitado na região (Figura 3).

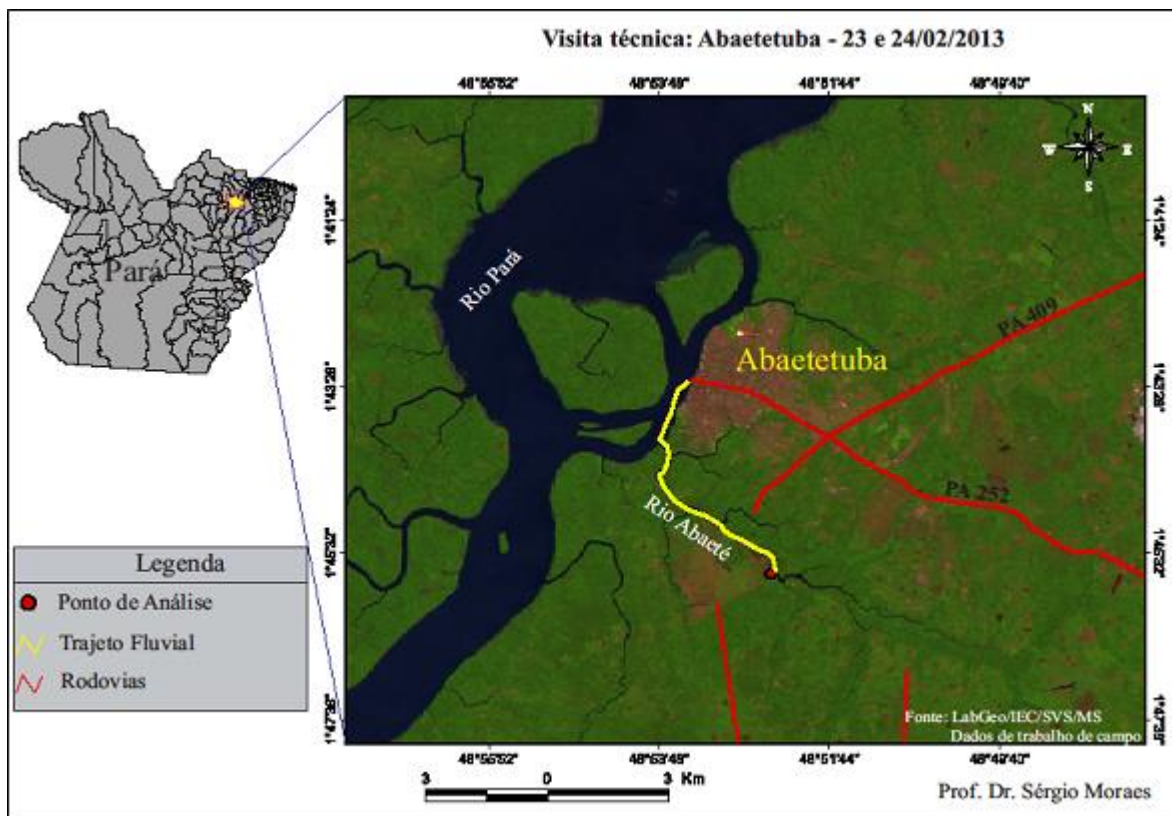


Figura 2 Localização da comunidade Abaeté, no município de Abaetetuba

Fonte: O autor em trabalho de campo, 2014. Imagem elaborada no LabGeo\IEC\SVS\MS



Figura 3 Cartografia social do quilombo do Abaeté

Fonte: Ribeirinhos e Ribeirinhas de Abaetetuba e sua diversidade cultural 30 – MORIVA, 2009.

<http://novacartografiasocial.com/?wpdmact=process&did=NTEuaG90bGluaw==>

Procedimentos e Técnicas

Com o método da abordagem geográfica transversal progressiva sistematizamos o tratamento dos objetos examinados, sendo instrumental epistemologicamente capaz de equalizar o tratamento. Foi construído a partir da Matriz de Abordagem Combinada - MAC, adaptada de Global Forum for Health (GFFH, 2006) e está no Anexo I, para dados colhidos em visita técnica, observação local, entrevistas não estruturadas, mapeamentos, fotos e trilhas. As técnicas de prospecção (PIOVESAN e TEMPORINI, 1995) e caracterização rápida (SOFFIATTI, 2009) identificaram relações ambiental, cultural e socioeconômica ao nível de comunidades, famílias e indivíduos.

Os critérios para seleção das áreas de estudo foram relevância e adequação do contexto ao estudo; aceite das comunidades; trabalho com pessoas da comunidade ao planejar e realizar etapas de campo; categorização de escalas (território, paisagem, lugar, comunidade, família, indivíduos); coerência espaço temporal entre relato, documento, fato e dinâmicas locais; e certificação da verdade terrestre no espaço vivido e nas alterações no meio geográfico.

Resultados

As comunidades

No quilombo do Abacatal a relação com os agentes que transformaram a paisagem resultou no Quadro I e no Abaeté essa relação é similar, mas não é clara porque as dinâmicas estão em curso e suas repercussões são expectativas pela instalação da fábrica de alumina no município de Barcarena distante cerca de 30 km, arrendamento das terras para plantio de dendê e pela redução da renda nas olarias, esta por obsolescência técnica. O censo demográfico feito pelos quilombos conta famílias e estima a força de trabalho disponível para a lavoura cujo estilo agro ecológico tem nível técnico tradicional, rústico para os padrões atuais.

Quadro I – Eventos e fatos que resultaram em dinâmicas territoriais no Abacatal

1. Canaviais séc. XVI-XVII	2. Uso consentido (1883-1950)	3. Barragens artificiais (1950-55)
4. Seringais (1950-60)	5. Expansão urbana (1930-80)	6. Aterro Sanitário do Aurá -1990
7. Mineração e lixo (1990 – atual)	8. Construção da rodovia PA 483 (2000 – 02)	9. Mata de terra firme trocada por mata ripária (2000-06)
10. Invasões e esbulhos (1980-2000)	11. Expansão Urbana (1980-2000)	12. Desmatamento no quilombo

Fonte: O autor. Trabalho de campo 2013/2014.

Na Amazônia colonial o rio é estrada. O quilombo Abacatal mudou essa orientação a partir de 1910, quando iniciou o comércio de madeira com a Estrada de Ferro Belém-Bragança e de produtos da mata com a vila de Ananindeua. O quilombo Abaeté mantém essa orientação devido ao rio fornecer parte da subsistência e ser acesso para o comércio da cerâmica, pesca e produtos da mata. Suas estradas passam por terras particulares e não são viáveis. O Abaeté expandiu sua renda no artesanato com materiais da mata – brinquedos de miriti,

tradição no Círio de Nazaré, festa religiosa que ocorre em Belém - e ervas medicinais. Não comercia madeira, porém a utiliza nos fornos de cerâmica e construções do quilombo.

Esse perfil difere no Abacatal, onde o contato com os colonos é centenário, indicando que a inserção geográfica condiciona a socioeconomia, mas que a geopolítica regional é nova ameaça à integridade dessas comunidades, intensa no Abacatal e em início no Abaeté.

A diferença entre as matrizes quilombola e urbana, das áreas de estudos, é o uso do solo e sua destinação: enquanto o quilombo mantém o território recurso e abrigo, o urbano o vê como fonte. Os conflitos surgem da burla aos princípios do uso mútuo do território nas ações diretas e indiretas de seus agentes e alterações qualitativas no solo, água e vida selvagem, na visão quilombola e limitação ao espaço fonte e compensações ambientais (BECHARA, 2007) exigidas aos agentes do urbano e ao governo, pelos quilombos.

A observação de campo mostrou que as técnicas utilizadas pelos quilombos estudados visam a manutenção agro ecológica enquanto a matriz urbana visa a transformação. No Abaeté o patrimônio natural das paisagens é a principal fonte de renda e no Abacatal a subsistência já não produz para todas as famílias e não gera excedentes compatíveis. Ambas as associações são pouco efetivas em prover estruturas e meios para essa finalidade, daí porque as famílias agem com certa autonomia, afastando-se do trabalho comunitário, típico do quilombo.

Famílias e indivíduos

No Abaeté a indústria de alumínio, instalada em Barcarena absorve mão-de-obra e o plantio de dendê transfere as famílias para a matriz urbana. No Abacatal a subsistência insuficiente tem o mesmo efeito e nos dois quilombos esse afastamento da terra vem reduzindo a habilidade de lidar com a natureza e manter tradições culturais. Não há iniciativa comunitária que priorize a paisagem como referência da ação familiar.

As famílias utilizam serviços urbanos e indivíduos novos optam por estudo e podem viver do padrão tradicional ou apenas morar no quilombo e obter ganhos na matriz urbana. Cerca de 40% das famílias do Abacatal e 5% do Abaeté moram no quilombo e trabalham fora. O Abaeté possuía em torno de 60 famílias em 2013 e o Abacatal 110, que variou entre 83 e 53 famílias durante os conflitos e invasões na década de 1980.

A produção de subsistência tem deficiências estruturais e de escala. Caça, coleta e roças são trabalhos comunitários tradicionais em modo de mutirão insuficientes para a subsistência, porque o espaço de plantio foi limitado pela redução territorial e degradação. As famílias exploram nichos de paisagem com mão de obra familiar onde adaptam e/ou criam novos processos, evitando transmitir esse saber às demais, pela concorrência por renda.

Os hábitos são nativos; a maioria dorme em redes; sua alimentação é baseada na caça e pesca, mingau de buriti e farinhas; no extrativismo utilizam barro, palha e madeira; nos instrumentos e acessórios empregam redes, boias, matapis e lamparinas. No uso de matapis (apetrecho regional) para capturar camarão de água

doce, a pergunta “qual a hora de colocar os matapis” teve resposta objetiva: “depende de a maré estar baixa e a lua nova ajuda” e explicam a marcação dos locais com varas diferentes para que cada um saiba o que não é seu. Para navegar referem “conforme a hora, o tempo, chuva, vento e maré”, expressando a longa e contínua observação dos fatos. Palhas, madeiras e frutos tem coleta conforme o consumo.

A falta de personalidade jurídica não elide a ação do Estado no quilombo do Abaeté. ONG's, religiosos e políticos atuam em escala familiar, similar à catequese. Isto reduz a participação social com valores externos alheios à visão do espaço vivido e do significado dos objetos. A partir desta dinâmica verifica-se a troca do critério de ocupação e especialização familiar nas paisagens, pela mais valia de seus recursos e a troca de iniciativas tradicionais por projetos, cujo fundamento é mal dominado no quilombo.

Há consenso sobre o futuro das famílias e indivíduos pela consciência de que a ruptura em curso na exploração familiar das paisagens exige tecnologia nova, mais enfático no Abaeté que no Abacatal onde o longo período de mudanças suavizou a transição. O fato decorre das intervenções externas que removem o sistema pré-existente, o que gera conflitos. As famílias contornam a questão reforçando suas noções quilombolas entre os novos, o que não reduz a crise de subsistência, pois o contato com a matriz urbana gera outras necessidades.

O perfil sociocultural no Abaeté suscitou verificar a origem da população; a pergunta “de onde vieram as famílias” informou que a maioria nasceu ali mesmo e que só algumas famílias vieram depois, de outras partes do rio. Não referem dissidência dos quilombos da ARQUIA - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Abaetetuba, situado próximo, ou serem um de seus clãs, nos moldes dos quilombos africanos, o que seria verossímil no contexto étnico local, pois referem haver parentescos.

Dicotomias entre categorias geográficas e lógica quilombola

Esta seção expõe diferenças conceituais identificadas na lógica quilombola que rege o cotidiano e o modo como a população local percebe e atua no meio geográfico. Algumas expressões são usadas na Geografia, mas há significados diferentes no quilombo.

O quilombola percebe o comportamento da natureza de modo similar ao naturalismo de Humboldt (CLAVAL, 2002, p. 19 e 20), mas há outras semióticas cujo entendimento pode conciliar novas noções para espaço, território, paisagem, demografia e cultura no contexto quilombola onde a paisagem é verdade concreta, integrada à natureza.

Nessa linha, o quilombola define a paisagem pelos usos e a delimita pela descontinuidade, similar à Geografia - mata, capoeira, várzea, igapó – noção colhida em campo e ajustada à teoria com auxílio dos conceitos de Laville e Dionne (1999, Cap. II e IV), mas vincula a paisagem à subsistência e ao cotidiano, com o que divide o trabalho entre famílias que se especializam na exploração de subsistência, nas diferentes paisagens, disto resultando que percebem a interdependência dos elementos e preservam recursos de interesse.

As famílias exploram as paisagens através de processos seculares, como heranças culturais ajustadas à fisiografia local, constituindo procedimentos frágeis quando afetados por eventos naturais ou por fatores humanos, como adensamento populacional, desflorestamento, mineração e legislação que induz a exploração intensa do território e ameaça seu patrimônio.

Através dessa herança constituem e manejam o território como lugar herdado, sustentando os conceitos de recurso e abrigo próprios da subsistência embasada no pertencimento cultural ancestral e uso múltiplo, com orientação agroecológica. Assumem o território como lócus da subsistência física e cultural e afirmam que “as comunidades vivem da natureza”. Teisserenc (2010, p. 8) discute essa base como pertencimento e reconhecimento da dupla função do saber local através de peculiaridades locais em prisma não patrimonialista. O pertencimento relativo ao cultural estaria na relação entre o ser e o ambiente, circunscrito a um território que lhe dá sustentação para a relação cotidiana com a natureza e o território, mote de suas reações às interferências no território vivido, para manter o qualitativo e quantitativo de seus recursos.

A etnia aceita convivência territorial expressa por casamentos com pessoas de fora que mantém diversidade genética. A transmissão de conhecimentos e o ensino da prole é tarefa feminina. O perfil militar dos quilombos africanos baseados em clãs foi reduzido ao domínio de famílias fundadoras, no caso do Abacatal, relação não observada no Abaeté.

O contexto quilombola é objetivo ao abranger o território e ainda a natureza, para além do espaço vivido, até onde percebem as condições que mantém seu gênero de vida. Essas extensões são lugares e “coisas” que regulam água, matas e presença de seres nas paisagens. Em ambos os quilombos surgem conflitos quando o poder hegemônico, associado ao Estado, altera a paisagem, limita comportamentos e práticas culturais, com intervenções nas “coisas” que regulam seus territórios. Entendem, portanto, que seu território abrange a totalidade dos fatores que interferem em seu cotidiano, independente do limite físico, ou seja, “o território é um fluído que alcança tudo que vem para cá” (Romildes, no Abaeté, em 24/02/2013).

Discussão e considerações

A ocupação do espaço em estudo já não depende só do relevo, hidrologia e cobertura vegetal, que determina ou condiciona a oferta de alimento, abrigo e segurança para os seres em geral e produtos da mata para humanos.

As paisagens permanecem com suas funções de reserva de elementos e opções à diversidade de seres que territorializam o espaço em nichos imbricados, simbiótica ou sucessivamente (SIOLI, 1973; TRICART, 1977; MACY, 1987, p. 313; METZGER, 1996), saber já assimilado pelas academias, mas a inserção geográfica e geopolítica condiciona critérios para a locação de humanos, conforme seus meios para transformar os elementos e suprir suas escalas de valores, não apenas sua subsistência e reprodução.

No século XX o conhecimento científico revisou resultantes dessa transformação, algumas trazidas a público em *Primaveras Silenciosas* (Carlson, 1962), *Minamatas* (CETEM, 2006) e como era verde meu vale (LIEWLLYN, 1987), obras que denunciam a falácia, ignorância das leis naturais e desprezo pela condição humana, integradas à razão produtivista racional e ao poder do estado (RAFFESTIN, 1993, Cap. I). Em tempos mais recentes, os movimentos ecológicos combatem tais efeitos com pouca força executiva devido possuírem deficiências no conhecimento dos comportamentos desses processos (CAPRA, 1995) e pela baixa autocrítica a respeito de suas estratégias de ação.

Os depoimentos colhidos confirmam que o meio geográfico dos quilombos é reconfigurado a partir de sua fenomenologia, na medida em que sua população percebe relações diferentes das precedentes. Isto faz repensar a heterogeneidade de paisagens a partir dos padrões de ação humana, não só dos processos naturais. A dinâmica dessa mudança é paulatina e cumulativa. Inicia com a mudança na cobertura e uso do solo e pode alcançar condições edafoclimáticas, e os mecanismos bióticos e abióticos sensíveis às ações quilombolas e urbanas. Quando essas alterações afetam os quilombos em estudo, surgem as reações e conflitos com o urbano, confirmando a noção de que são grupos isolados e frágeis, raciocínio que rege a legislação que os protege, também sem força executiva.

Essa condição é tendência universal ou atributo diferenciador das comunidades estudadas? E qual a posição do saber local na organização interna e de poder desses quilombos?

Objetivamente, o uso de recursos estabelece a relação entre as matrizes quilombola e urbana. O confronto surge das orientações quilombolas de preservar os sistemas territoriais naturais e manter seu uso múltiplo, contrário às orientações do urbano que fecha o espaço e o transforma em insumos, pois o vê como fonte.

Isto explica porque na escala local a geopolítica condiciona o reconhecimento da identidade ancestral do gênero de vida às entidades de defesa de direitos de minorias (o MORIVA em Abaetetuba e MULUNGU em Belém) que atuam para capacitar os quilombos e suavizar as transições induzidas por exigências legais típicas. Haesbaert (2004, p. 312) refere esse efeito: “(re) territorialização (...) deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, (...) entre grupos (...) mais excluídos e/ou (...) segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios”.

Ainda que a comunidade possua seu reconhecimento formalizado, a jurisdificação do direito agrava a fragilidade do grupo e protela o acesso aos benefícios. Esse aspecto surge em instâncias, a primeira porque os benefícios à população tradicional são concedidos após sua habilitação e enquadramento na regulação, com exigências alheias às comunidades que as contesta e retarda os benefícios (alguns considerados inaceitáveis). Outra porque retardar os benefícios favorece agentes do urbano cuja ação rápida supera a burocracia estatal. Ademais, ações de concertação tem pouca efetividade jurídica, pois os danos evoluem conforme o tempo, para outras escalas e agregam novos elementos. Por fim, a percepção quilombola sobre a negação pela demora em demandas de consertações traz posturas de indiferença, associação aos agentes

urbanos ou o protesto enfático, pois ainda que apoiados em processos formais, a lentidão e exigências destes anula suas intenções e as do legislador.

Esse mecanismo responde à primeira pergunta confirmando ser uma tendência, pois limita o quilombo e torna sua coordenação inoperante para manter as estruturas produtivas, iniciativa que as famílias contornam para atender a subsistência o que, de fato, ameaça a ancestralidade do gênero de vida e a integridade territorial, porque nesse contornar negociam condições.

Respondendo à segunda questão, os dados mostram a evolução do cultural no tempo histórico substituída pelo curto prazo dos valores urbanos, rompendo o uso das funcionalidades naturais essenciais à cultura quilombola e à maturação do saber, na lida com os elementos e seus significados culturais (LAVILLE e DIONE, 1999, cap. II e IV). Nesse aspecto o saber local atua na escala das famílias e é insuficiente para superar formalidades jurídicas, porque centrado na ancestralidade que equilibra as relações entre a subsistência e a preservação.

A revisão do tema mostra essas estruturas recorrentemente destruídas pelo colonizador ao eliminar resistências, explorar o patrimônio natural e reorientar o uso do solo, padrão na região nordeste do Estado do Pará (AMARAL, 2004). As repercussões na escala das famílias ao mudar a cobertura vegetal e paisagens alterou a organização e tumultuou a ordem vigente, porque os ajustes são interrompidos por novas mudanças e suas resultantes alteram as relações mais rápido que a sociedade se adapta. Vista como habitat (MORAES, 1987, p. 29) a fração alterada no meio geográfico integra novo sistema territorial social (RAIMBERT, 2009) repentinamente evoluído do anterior.

Entender estas noções remete às dinâmicas territoriais onde paisagem e lugar são objetos geridos pelo saber local no tempo das famílias, prática de subsistência que supera limitações e reconstrói o espaço e as relações com o ambiente, compensando deficiências para manter a subsistência e expectativas de seus membros. Essas transformações são dinâmicas territoriais iniciadas em meados do século XX que se intensificaram e hoje tumultuam as dimensões socioambiental, cultural e econômica da organização social quilombola.

As respostas à proposta de estudo das formas de subsistência e reprodução podem ser agrupadas nas ações concretas que refletem comportamentos quilombolas no contexto das relações com o urbano. São elas: a subsistência em espaço reduzido afetando o plantio e a produtividade; a adoção de tecnologias e manejo ecológico para melhoria de produtividade; a redução do porte populacional com a migração de famílias para outras matrizes, mantendo o quilombo como referências e desdobrando o espaço cultural; inserção da população jovem na matriz urbana, com perdas culturais e redução da capacidade de evolução cultural; adoção de orientação tecnológica com projetos que substituem iniciativas das comunidades; e ajuste tecnológico para arranjos locais em turismo e cultura, sem bases de educação formal;

Portanto, o primeiro elemento de superação pode ser expresso por adaptação, o segundo pela especialização que reforma valores e o terceiro como renovação tecnológica. Mas como selecionaram esse rol de ações?

Nas últimas décadas o Abaeté e o Abacatal vivenciaram relações com entidades externas onde aprenderam que os objetivos da matriz urbana são pouco relacionados com sua cultura. Quando essa relação não os favorece retomam o tradicional, onde são experientes em perceber funcionalidades da natureza pelos resultados obtidos. Assim, reconhecem acertos e causas de erros, seguem o saber local e adaptam posturas novas em seu padrão de cultura com iniciativas próprias, pois as preocupações com a subsistência são as mais prementes.

Essa evolução é marcada pela especialização familiar e usa o método do ensaio de tentativa e erro em que o resultado pós-experiência orienta as recorrências. É prática que Milton Santos (1996) refere sobre a convivência e iteração entre sistemas técnicos informacionais, diferenciada, nos quilombos, por não haver referenciais científicos adequados, apenas a maturação temporal, cuja replicação é invalidada pelas mudanças frequentes na paisagem.

A superação com tecnologia emerge da especialização das famílias ao beneficiar o produto da exploração de paisagens específicas adquirindo capacidade para intervir no meio geográfico e na configuração espacial, não apenas o referido por Claval (2002) em um primeiro momento da geografia cultural quando, entre fins do século XIX e meados do século XX, esta era centrada nas relações com o ambiente, organização social e contexto. O amadurecimento dessas noções, nos quilombos, segue a linha do saber local, pois mantém a orientação de preservar os recursos que lhes são de interesse e criam conflitos com o urbano para manter as condições locais que preservaram ao longo da ocupação histórica.

Por fim, há um esforço dos quilombos como instituições, expresso nas sucessivas iniciativas para interferir no contexto local. É evidente na estratificação de suas ações, uma relativa às instituições que intermediam seus interesses com o poder institucionalizado, outra com instituições que os apoiam e fornecem tecnologias, e eventuais ações junto às famílias, para manter a subsistência, a renda das comunidades e a unidade do grupo. Essas ações também são evidentes no modo enfático dos protestos e conflitos contra as transformações que alteram as condições de seus territórios, pois a ameaça à integridade territorial permanece sem solução pelas dicotomias entre tempos empresariais, governamentais e desdobramentos na reprodução social dos quilombos, redução de recursos e meios alternativos.

Mudou o “terroir” do quilombo? Por certo. Mudou o uso da terra, o financiamento e a relação com o poder. Mudou o poder dentro do quilombo, admitindo coordenação de não quilombolas. Mudou a orientação do rio para a estrada e mudou o contexto. A inserção do tempo como fator geográfico permitiu considerar as dinâmicas territoriais e seus ciclos, por ainda existir uma fração social integrada às paisagens do quilombo.

A teoria geográfica e o saber local utilizam métodos diferentes para reconhecer paisagens e suas funcionalidades, mas são bases seguras para pensar a regulação do território. É necessário conciliar conceitos e conteúdos da teoria geográfica, utilizados pela lógica quilombola com outros significados. Esse traço interdisciplinar da abordagem geográfica progressiva pode favorecer essa revisão conceitual e melhor caracterizar a base fática que sustenta as relações sociedade-ambiente e sociedade-sociedade, em

comunidades com padrão cultural similar aos quilombos estudados. O mesmo pode ocorrer no âmbito social em que o estudo constatou não haver linearidade de fatos porque as diferenças locais impõem ajustes técnicos (espaço vivido + fatores antrópicos + perfis culturais + densidade populacional + geopolítica) e operacionais (instrumentos + capacitação das famílias).

Quanto ao método, a captura das formas de ação e orientação comunitárias identificou uma lógica quilombola gerada pelo conhecimento acumulado no trato do STN pré-existente, compartimentado em várzea, igapó e terra firme, cujo uso é diferenciado no quilombo de modo que se formou aí um STS construído com os elementos naturais que o colonizador não ocupou porque ali não podia reproduzir o padrão europeu que norteou a ocupação do território do nordeste do Estado do Pará, até fins do século XIX.

Quanto à metodologia e à possibilidade de repetir o feito com os mesmos resultados, ressalvamos que a evolução do contexto pode quebrar as expectativas de reprodução das exatas condições do estudo, diferentemente do ambiente de laboratório ou das Ciências Exatas onde a estabilidade facilita seu controle.

Agradecimentos

Ao Abaeté e MORIVA, Srs. Romildes Assunção Teles, Divino Rogério Cardoso Silva e famílias que nos acolheram e orientaram nos locais visitados tornando possível nosso trabalho. Ao Abacatal: Raimundo Costa e Natalina, prof. Ana Alice, ao Joca guia no Oriboquinha, a Joaquim Cordeiro que nos levou aos sítios hoje fora do Abacatal, Elizangela Seabra guia no Tranjorim; Alonso, pelos detalhes, ao Benedito Rosas e Ana, que explicaram o convívio com os colonos; às senhoras Francisdalva e Maria Santana pelo testemunho e aos alunos da escola Benedito Rosa Filho. Aos Profs. Dr. Sérgio Moraes (UFPA/NUMA) que nos conduziu em Abaetetuba; Dra. Cristina do Socorro Fernandes de Senna, pela “premissa de Senna” Dr. João Santos Nahum, pelo incentivo e texto no tema. Dr. Willian L. Overall, pelas conversas e texto de Harald Sioli. Ao Instituto Evandro Chagas, pelo tempo, recursos materiais e equipe técnica. Ao Programa de Pós-Graduação em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários, na pessoa do Dr. Ricardo Luis Dantas Machado pela coerência.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse relacionados ao tema nem aos locais onde a pesquisa foi realizada.

Referências

AB´SÁBER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo, Atelie Editorial. 2003. 151p.

AMARAL, Ribeiro do. Fundação de Belém do Pará: jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1616. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação. 2004. 108 p. Edições do

Senado Federal; v. 31 - Coleção: Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Aces. 21/03/2013, em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1096>.

BECHARA, E. Uma contribuição ao aprimoramento do instituto da compensação ambiental previsto na Lei 9.985/2000. Tese. (Doutorado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007, 353 p.

BEROUTCHACHVILI ET BERTRAND “**Le Géosystème ou “Système territorial naturel”**”. Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest. Toulouse, Tome 49, Fac. 2, pp. 167-180, 1978.

CAPRA, F. A teia da vida. Uma nova compreensão dos sistemas vivos. S. Paulo, Ed. Cultrix, 1995, 256p.

CARLSON, R. Primavera Silenciosa. Ed. Portico, SD. 305p. Trad. de Raul Polillo, da 2ª Ed.

CLAVAL, P. “**A VOLTA DO CULTURAL” NA GEOGRAFIA**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, n. 01, pp. 19-28, 2002.

ALLEGRA, V. Y. **Método alternativo de determinação de mercúrio em amostras ambientais: uma ferramenta na prevenção de intoxicação por peixe contaminado**. Cadernos Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 13 (4): 855 - 868, 2005 – 855.

GERALDINO, C. F. G. O Conceito de Meio na Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, 134p.

GFFH - GLOBAL FORUM FOR HEALTH RESEARCH, 2006. The Combined Approach Matrix: A priority-setting tool for health research. Edited by Abdul Ghaffar, Andres de Francisco and Stephen Matlin. Published by the Global Forum for Health Research, June 2004. ISBN 2-940286-16-7.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004. 400p.

HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. N; MANESCHY. (organizadores) No mar, nos rios e na fronteira, faces do campesinato no Pará. EDUFPA, 2002. 359 p.

HASEYAMA, K. L. F. e CARVALHO, C. J. B. **Padrões de distribuição da biodiversidade Amazônica: um ponto de vista evolutivo**. Revista da Biologia Vol. Esp. Biogeografia: 2011.

LA BLACHE, P. V. Princípios de geografia humana. 1954. Trad. Fernando Martins – FLC, 2ª Ed. – 390 p.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber. UFMG. 1999. Cap. II e IV.

LEWLLYN, R. Como era verde meu vale. Ed. Record, 1987, 394 p.

MACY, M. Solutions for a Troubled World. Peace Series, v.1 Earthview Pr, Boulder, CO. Fifth Edition, June 1987, 318p.

MORAES, A. C. R. Geografia, Pequena História Crítica. S. Paulo, Hucitec, 1987.

METZGER, J. P. **Ecologia da Paisagem: Conceitos e Métodos de Pesquisa**. Slide de aula. LEPAC/USP. Aces. 26nov2011 http://eco.ib.usp.br/lepac/eco_paisagem/1.intro.pdf.

- METZGER, J. P. **Como lidar com regras pouco óbvias para conservação da biodiversidade em paisagens fragmentadas.** *Natureza & Conservação*, vol. 4 nº2, outubro/2008. pp. 11-23.
- MUNANGA, K. **Origem e histórico do quilombo na África.** *Revista USP*, São Paulo (28):56-63, dez/fev 95/96.
- NAHUM, J. S. **DE RIBEIRINHA A QUILOMBOLA: Dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense.** *CAMPO TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 6, n. 12, p. 79-103, ago., 2011.
- PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública.** Dep. de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - USP – Brasil, *Rev. Saúde Pública*, 29(4):318-25, 1995.
- RAIMBERT, C. Comunidade e territórios. O caso da comunidade quilombola do Abacatal na Grande Belém (Pará). Institut des Hautes Etudes de L'amerique Latine / Credal. Dissertação, 2009.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo; Ática, 1993.
- SANTOS, J S. Influência da permeabilidade da matriz e da heterogeneidade da paisagem na conservação da biodiversidade de mamíferos terrestres. Tese. INPE, S. J. dos Campos, 2014.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. Hucitec. 3ª ed. 1996.
- SENNA, C. S. F. Premissa cedida pela prof. dra. Cristina Senna, UFPA/PPGEO, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, durante o mestrado, em 2012.
- SIOLI, H. **Recent Human Activities in the Brazilian Amazon Region and Their Ecological Effects.** In *Tropical Forest Ecosystems in Africa and South America: a Comparative Review* (Ed. B. J. Maggers, E. S. Ayensu, B.W. D. Duckworth). Smithsonian Institute Press. Washington, D. C. 350 pp. Illustrated.
- SOFFIATTI, N. F. L.; MONTEIRO, J. J. B.; VEIGA, N. G. **Modelo Integrador de Dados Socioambientais em Contextos Epidemiológicos.** II INTERNATIONAL CONGRESS OF GEOGRAPHY HEALTH IV Simpósio Nacional de Geografia da Saúde Uberlândia – Brazil 30/11 a 03/12/2009, p. 1813 – 1827.
- TAVARES, M.G. **A Formação Territorial do Espaço Paraense: dos fortes à criação de municípios.** *ACTA Geográfica*, ANO II, nº3, jan./jun 2008. p.59-83. DOI: 10.5654/actageo2008.0103.0005 ISSN 1980-5772.
- Teisserenc, P. **Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização.** *Novos Cadernos NAEA*. v. 13, n. 2, p. 5-26, dez. 2010, ISSN 1516-6481
- TRICART, J. P. *Ecodinâmica BRASIL*, IBGE, 1977.

TURPIN, E. & FEDERIGHI, V. (2012). **A new element, a new force, a new input: Antonio Stoppani's Anthropozoic**. In E. Ellsworth & J. Kruse (Eds.), *Making the Geologic Now*. Brooklyn, United States: Punctum Books. Acess. 17/08/2015.
<http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=3995&context=eispapers>.

Anexo I – Indicadores selecionados para a comunidade

Sujeito	Variável	Descritor	Função ou indicativo
Comunidade	1. Trajetória da comunidade	Organização atual e motivos. Porque esse espaço territorializado? Arranjos produtivos	1. Marcos da evolução, fontes de subsistência do grupo social. 2. Dinâmicas territoriais e suas origens. 3. Socioeconomia.
	2. Produção e subsistência	Padrão de desenvolvimento local. Ação em saúde e prevenção. Riscos coletivos.	Capital social e humano existente e ou disponível na comunidade.
	3. Representação e renda	Estrutura do poder e participação em decisões locais	1. Articulação local/regional. 2. Valores e interesses.
	4. Forma jurídica e representação.	Personalidade jurídica e compromissos institucionalizados	Grau de formalização dos compromissos e relações.
Família e indivíduos	5. Modo de produção familiar	Ocupação por faixa etária no espaço frequentado pelo grupo.	1. Arranjos produtivos. 2. Nível tecnológico.
	6. Economia e ganhos	Atividade principal e opção	Fatos que decidem as escolhas e riscos
	7. Segurança alimentar	Estrutura do grupo familiar; aspirações; objetivo da família	Valores do grupo; cultura familiar, iniciativa/criatividade (ambiência familiar)
	8. Organização consciente	Sensibilidade à inovação e mudança	Prioridades e objetivos reais do grupo X objetivos declarados.
	9. Saneamento domiciliar	Ciclos e riscos de problemas na moradia e na família	Saber sobre leis da vida e da natureza.
	10. Expectativa dos indivíduos	Planos e aspirações do indivíduo	Seleção de opções individuais